

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1089 - 12/11/2018

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

ESTATUTOS

O QUE QUEREMOS

Nesta quarta-feira, 14/11, o Consun volta a discutir propostas para a mudança dos estatutos da PUC-SP. A comunidade já mostrou nas audiências públicas e nas sessões anteriores do Conselho Universitário a sua vontade para que esta universidade permaneça autônoma e democrática:

✓ **Democracia Universitária:**

Manutenção de eleições livres para reitor, direções de faculdades, departamentos, coordenações de cursos e programas de pós-graduação;

✓ **Autonomia acadêmica, administrativa, financeira e de gestão da universidade;**

✓ **Manutenção dos departamentos;**

✓ **Plano de carreira com isonomia de trabalho e remuneração;**

✓ **Plano de cargos e salários com transparência para os funcionários administrativos;**

✓ **Paridade nas representações de segmentos da PUC-SP;**

✓ **Calendário que possibilite uma discussão adequada do conteúdo do estatuto;**

✓ **Liberdade de cátedra.**

LULA LIVRE!

FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Escola sem partido

Assédio contra o professor

A pretexto de defender um ensino supostamente objetivo e imparcial, direita autoritária estimula patrulha ideológica, ameaças e perseguição que, no limite, enterram a liberdade de cátedra

Há um conjunto de propostas legislativas, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, em clara rota de colisão com dispositivos constitucionais dos mais clássicos e imprescindíveis. Este conjunto pode ser classificado sob a rubrica "Escola sem Partido". Os principais dispositivos constitucionais afetados seriam aqueles constantes dos incisos IV, VIII e IX

do artigo dos direitos e garantias constitucionais, a saber, o art. 5º da nossa Constituição da República. Tais dispositivos nos asseguram, respectivamente, as liberdades de expressão, de consciência e de cátedra, esta última entendida como a livre "expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

Passamos a indicar algumas dessas propostas, verdadeiras investidas iniciadas desde 2014, por parte de políticos muito próximos ao atual presidente eleito. Isso na tentativa de calar e criminalizar os professores, coordenadores e educadores no legítimo exercício de suas funções e muito relevantes atribuições. São estes os seguintes: PL 7.180/14 (Lei da Mordada); PL 867/15; PL 1.411/15, complementadas

pelos PL 8.933/17; PL 9.957/18; PL 5.487/17; PL 6.005/16; PL 10.577/18; PL 10.659/18 e PL 193/16, este último do Senado Federal, em apoio ao PL 7.180/14 da Câmara Federal. Todos alteram a Lei 9.394/1996, a LDB, no sentido de acrescentar no seu Art. 3º, o poder de controle por parte de Pais e Alunos sobre o conteúdo lecionado pelos docentes, bem como de suas falas em sala de aula. O projeto PL 7.180/14 conhecido como Lei da Mordada, propõe incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Trata-se, portanto, da consagração legislativa da



"Escola sem Partido", preparando assim o retorno do famigerado Decreto 477, da última ditadura militar no Brasil, que a tantos vitimou. Vale lembrar, neste contexto, o intento do Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, indiciado de inquérito para investigar suposta corrupção e lavagem de dinheiro na construção da Arena das Dunas, em Natal, materializado no PL 1.411/15, retirado pelo proponente por se encontrar contemplado no PL 7.180/14, em votação, reforça a propositura de criminalização dos professores educadores por "assédio ideológico", que viessem a supostamente causar constrangimento a alunos. A PL 1.411, no momento retirada pelo proponente, criminaliza professores e esclarece: "Art. 2º. Entende-se como Assédio Ideológico toda prática que condicio-

ne o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente". E propõe detenção de 3 meses a 1 ano, além de multa ao professor, coordenador, educador, orientador, psicólogo escolar, ao praticar tal crime no âmbito do estabelecimento de ensino, público ou

privado, a pena será aumentada de 1/3 à metade (Art. 3º) com banimento da atividade. De mesmo, a PL 193/16, do Senador Magno Malta, em tramitação esta semana no Congresso Nacional, proposta derrotada em pesquisa nacional.

Porém não são apenas projetos parlamentares que ameaçam o livre arbítrio de professores e educadores. Também a pesquisa brasileira se acha em perigo quando pessoa de perfil inexpressivo na área é indicada pelo novo Presidente para assumir ministério da importância da Ciência e Tecnologia, a exemplo do Tenente Coronel da reserva, o astronauta Marcos Cesar Pontes. Caso se concretize a indicação estarão em risco não apenas universidades com suas pes-

continua na próxima página

continuação da página anterior

quisas, como a própria ciência no Brasil, ainda mais em se concretizando propostas como aquelas de subordinar a CAPES e as Universidades Federais a tal ministério. Ora, mesmo sendo a pesquisa contemplada pelo escopo do MCT, os outros aspectos, igualmente importantes, da vida universitária não o são, a saber, o ensino e a extensão.

A formação de professores exige busca constante de um padrão de excelência, tanto no ensino quanto na formação permanente dos docentes, além da valorização da experiência extraescolar e extracurricular, como também fomento, pela comunidade escolar e/ou acadêmica, da organização democrática estudantil em grêmios, centros acadêmicos e similares. Por acreditar nos princípios de uma

escola e universidades livres, aprendidos de Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, José Leite Lopes, Cezar Lattes, Mario Schemberg, Aziz ab'saber e tantos que nos precederam, a APROPUC e a AFAPUC defendem o livre pensar e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença, sem imposição e/ou coerção em favor ou desfavor de qualquer tipo de doutrina religiosa ou da ausência dela; a educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência,

nacionalidade, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório; o respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e o fomento à igualdade e à inclusão social por meio de uma educação de qualidade e do acesso igualitário à cultura, às artes e ao conhecimento; a valorização permanente de profissionais da educação escolar em todos os níveis e modalidades de ensino e a formação inicial. Defendemos a gestão democrática do ensino, com a participação de estudantes, docentes e responsáveis, parentais ou não.

Destes pressupostos depende a formação de cientistas e professores bem formados, bem como de gestores capazes de com-

preender a necessidade de estímulos e verbas para que a produção de ciência possa acontecer no tempo lento que esta exige, com maturação vagarosa e refletida - o cientista e seu objeto. Esse caminhar, passo a passo, envolve a formação crítica e profissional de cientistas e acadêmicos. Em particular, na América Latina, onde as condições de trabalho e salários ameaçam a todo momento a fuga de cérebros de nossos países.

Por isso, a APROPUC e a AFAPUC ecoam esse sentimento profundo de defesa da educação de forma plena, com liberdade de cátedra, autonomia universitária, reconhecimento profissional dos cientistas e professores em geral, com valores éticos, postura engajada e crítica, que aporta no imaginário que a defesa da educação implica numa defesa de país democrático, livre e soberano.

**Diretorias da
APROPUC e AFAPUC**

Debate da Estatuinte enfoca autonomia universitária e Lei de Diretrizes e Bases

Na quinta-feira, 08/11, no auditório da APROPUC, aconteceu o segundo encontro de trabalho da construção da estatuinte.

O debate teve como tema a Lei de Diretrizes e Bases enfocado pela professora Dra. Nina Beatriz S. Ranieri, Professora do Departamento de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Direito e Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP, Doutora e Livre-Docente em Direito do Estado pela USP e Coordenadora da Cátedra da Unesco de Direito à Educação da USP. O debate foi coordenado pelo professor e diretor da

APROPUC Willis Guerra e contou com a participação do presidente da AFA-PUC Nalcir Antonio Ferreira Jr.

A professora Nina falou sobre a importância da autonomia universitária que foi um dos eixos fundamentais da constituição de 1988.

A autonomia universitária é um tema que está sempre na ordem do dia. Segundo o artigo 207 da Constituição Federal: as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



Na mesa do debate a professora Nina Beatriz S. Ranieri, Willis Guerra e Nalcir Antonio Ferreira Jr

Para Nina a autonomia não é dada gratuitamente, mas é uma prerrogativa das universidades para que elas exerçam as suas funções da melhor maneira possível.

Os debates giraram também pela normatização constitucional e legal da autonomia universitária, um substrato jurídico teórico a respeito da autonomia.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores preparam ações contra ameaças de Bolsonaro

**Paulo Freire
ameaçado de
expurgo da
educação brasileira**

Os professores federais, sob o comando do Andes, deverão marcar nos próximos dias assembleias para discutir a situação nacional, em especial as ameaças que Jair Bolsonaro vem fazendo contra a livre atividade docente. Os docentes deverão discutir um calendário de mobilização e paralisação no início de dezembro instaurar um regime de assembleias permanentes no período.

Os diversos sindicatos docentes por todo o país estão mobilizados contra o projeto de Escola Sem Partido que teve sua discussão adiada para terça-feira, 13/11 em função da pressão dos movimentos sociais. O Sinpro-SP divulgou um manifesto em seu site com a assinatura de professores e educadores braileiros, onde afirma que "Rechacemos de forma categórica propostas retrógradas como "Escola Sem Partido" e seus similares, cujas

bases são revestidas de preconceitos morais e ideologias reacionárias e antidemocráticas. Somos contra o cultivo do ódio, da homofobia, da transfobia, da misoginia, do racismo e do machismo. É inadmissível a defesa de torturadores patrocinados pela Estado e de quaisquer formas de violências".

As escolas também comecem a protestar contra este verdadeiro atentado à liberdade de expressão. Alunos do Colégio Bandeirantes fizeram manifestação na quinta-feira, 8/11, contra o projeto. Na mesma linha, em Santo André os estudantes protestaram contra a demissão de uma professora de História do Liceu Jardim acusada de "doutrinação" por ter dito que não votaria em Jair Bolsonaro.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

As ameaças de aprova-

ção de uma reforma da previdência que prejudique ainda mais as condições de vida dos trabalhadores brasileiros levaram as centrais sindicais a convocar uma plenária, no próximo dia 12/11 em defesa da aposentadoria e da previdência social.

As propostas anunciadas até agora são alarmantes. Para atender a exigência do mercado o projeto em tramitação no Congresso não só dificulta as regras para obter a aposentadoria - como aumento da idade mínima, do tempo de contribuição e redução do valor-, bem como ameaça até mesmo o direito à aposentadoria, pois prevê o fim da Previdência pública e sua privatização.

A ideia do encontro é lançar uma ampla campanha em defesa da aposentadoria e da previdência e iniciar a preparação de uma forte mobilização nacional.

Bolsonaro quer acabar com Ministério do Trabalho

Atendendo a pedidos de empresários Jair Bolsonaro estuda o fim do Ministério do Trabalho, tal qual ele se apresenta hoje e sua possível incorporação a outro ministério. Segundo o pleito dos empresários a possível incorporação do Ministério do Trabalho ao Ministério da Indústria e Comércio poderia "aprimorar a relação "capital-trabalho", promovendo "empreendedorismo, inovação e produtividade".

A proposição recebeu inúmeras críticas do atual

Ministério do Trabalho e de entidades sindicais que entendem que a intervenção sobre a pasta do Trabalho acende um alerta para os trabalhadores, pois pode significar ainda mais ataques aos direitos trabalhistas e a fragilização ainda maior das relações de trabalho no país, já prejudicadas após a Reforma Trabalhista, aprovada por Temer.

Por outro lado Bolsonaro prepara um dos ministérios mais corruptos, alinhado com os setores reacioná-

rios e comprometidos com o capital. Na quinta-feira, 8/11, foi anunciada a escolha de da deputada Tereza Cristina, do DEM, apelidada pela própria bancada de Musa do Veneno. Tereza recebeu doações de executivos diretamente ligados aos agrotóxicos na sua campanha de reeleição para o Legislativo. Neste ano, Cristina foi presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que aprovou projeto de lei que facilita a liberação dos agrotóxicos.

O Instituto Paulo Freire denunciou a verdadeira tentativa de expurgo das ideias de Paulo Freire da cultura brasileira. Em seu plano de governo, Bolsonaro defende uma ação antidemocrática, que é o banimento do uso da pedagogia de Paulo Freire.

O educador acolhido pela PUC-SP nos anos negros da ditadura militar é um intelectual reconhecido internacionalmente e patrono da educação no Brasil.

Para o Instituto "Contestar Paulo Freire é, na verdade, contestar a própria democracia que ele defendia ao lado de outros grandes educadores do século XX, como John Dewey, Martin Buber, Jean Piaget e Maria Montessori, ao lado de brasileiros e brasileiras como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meirelles e Rubem Alves, entre outros. Para todos e todas que desejam conhecer e viver uma pedagogia de inspiração humanista, sua obra é imprescindível e deveria estar em todas as escolas".

O Instituto está organizando uma ampla campanha de defesa do legado de Paulo Freire, recebendo manifestações de apoio à pedagogia freireana como textos, charges, poemas ou outras contribuições que devem ser enviados pelo endereço eletrônico comunicacao@paulofreire.org. As manifestações podem ser acompanhadas através do blog Resistência e Luta pela Democracia.

ROLA NA RAMPA

Seminário Internacional aborda obra de J. Chasin e os 200 anos de Marx

Na terça-feira, 06/11, na sala 506, aconteceu a primeira conferência do Seminário Internacional J. Chasin: 200 anos de Marx. Promovido pelo NEHTIPO (Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder), o debate teve a presença de Ester Vaisman, Ivan Cotrim, Miguel Vedda e Claudinei Cassio de Rezende. O tema da noite foi "O destino Trágico de herança Marxiana". Com a direita ativa politicamente em vários países, principalmente o Brasil, com o resultado da eleição, grupos fascistas e nazistas estão se manifes-

tando com frequência pelo planeta. Fator que incomoda defensores dos direitos humanos.

A análise da teoria do fascismo; Brasil e Argentina; movimentos que se assemelham ao nazismo; extrema direita; aparência do neofascismo; comunismo alemão; transformação social e sistema político nazi foram temas debatidos na mesa.

A programação seguiu com 07/11 - O núcleo de pesquisas em torno de Chasin; 08/11 Politicismo e Analítica Paulista e 09/11 - Integralismo e Movimento Operário.



STHEFANE MATTOS

Da esquerda para a direita, Ivan Cotrim, Miguel Vedda, Ester Vaisman, Lucas Fontoura e Claudinei Cassio

Semana Preta debate conjuntura política e resistência

Na quinta-feira, 8/10, na sala P-65, aconteceu a última mesa da III Semana Preta na PUC-SP

O tema discutido na noite foi "Conjuntura política e organização para resistência" com a presença de Mariana Luz (ativista dos direitos humanos e psicóloga), Erica Malunguinho (educadora e artista plástica), Marcia Campos Eurico (Assistente Social) e me-

diado por Juliana Reis.

Foram debatidos: Contexto das eleições, redes sociais, Brasil conservador, falsa democracia racial e de gênero, afeto como resistência, romantismo da resistência, branquitude e a subjetividade.

Realizado pelo Coletivo NegraSô, a semana ocorreu nos dias 5 a 9 de novembro no campus Monte Alegre da PUC-SP



STHEFANE MATTOS

Na mesa do debate, da esquerda para a direita Erica Malunguinho, Juliana Reis, Mariana Luz e Marcia Campos Eurico

Professora lança livro para download gratuito

A professora Pollyana Ferrari, do departamento de Jornalismo, acaba de lançar o livro Fluido, Fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo. O livro trata de como as relações

no século atual se configuram e reconfiguram no espaço de fluxos, não mais em espaços fixos, pré-determinados. O livro pode ser acessado no endereço eletrônico <https://www.editorafi.org/428fluidofluxo>.

Página da APROPUC continua divulgando eventos da PUC-SP

A página da APROPUC no Facebook continua divulgando os principais acontecimentos da entidade, como assembleias, debates e palestras. Os eventos ficam

gravados e podem ser acessados a qualquer momento. O endereço eletrônico da página da APROPUC é https://www.facebook.com/apropuc/?ref=br_rs.

Mídia e eleições em debate

O Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP (NEAMP/SP) promove nos dias 12 e 13 de novembro o V Seminário Mídia, Política e Eleições. Na segunda-feira, 12/11 às 9h acontece o lançamento de livros, das 9h às 12h abertura e mesa "Lideranças Políticas" com a pro-

fessora Vera Chaia (PUC/SP), professor Fernando Azevedo (UFSCAR), professor Claudio Novaes Pinto Coelho (Casper Líbero) e das 14h às 17h Mesa Eleições 2018. Na terça-feira, 13/11, das 9h às 12h Mesa Comunicação e Política e das 14h às 17h - Mesa Internet e Política.

O que NÃO QUEREMOS

- ✓ Aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade;
- ✓ Cursos desvinculados dos departamentos;
- ✓ Fim da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão;
- ✓ Fim da Coordenadoria Geral de Estágios;
- ✓ Vinculação direta da Editora da PUC-SP, Educ, à Fundação São Paulo;
- ✓ Supremacia do Conselho de Administração, Consad, sobre o Conselho Universitário, Consun, órgão máximo de deliberação da universidade;
- ✓ Uma universidade elitista, desvinculada dos movimentos sociais e das demandas da imensa maioria da população brasileira;
- ✓ Uma universidade que significa a antítese da história da nossa PUC;
- ✓ Uma universidade muito mais assemelhada à "escola sem partido" de Jair Bolsonaro do que ao símbolo de resistência democrática forjado sob a orientação de d. Paulo Evaristo Arns.